

Cardoso quer que PMDB rompa com governo Sarney

Janio de Freitas

Ordem democrática

Descrever, e mesmo que fosse apenas apreender, o conjunto dos efeitos produzidos pela droga alucinógena outrora chamada "Nova República", hoje sucintamente referida apenas como transição, é tarefa que se mostrou inacessível à inteligência pátria. Quando muito, um ou outro isola e aborda um casinho aqui, uma constatação ali, um instante da pequenez política ou do embanamento institucional. A soma não retrata o todo, porque o todo é muito maior do que tal soma de parcelas minguadas. Mas o disponível, como o governo Sarney, é só isto mesmo e não há que esperar dele melhores frutos. O jeito é ver o Brasil pelos casinhos.

Já era o quinto dia de greve, ontem. O ministro das Comunicações não podia mais conter os seus impulsos naturais. Nem deixar de lado os preceitos da lei que o presidente Sarney cuidou de preservar, tão democraticamente, no entulho legal deixado pelo autoritarismo. Foram então demitidos 40 grevistas da empresa telefônica do Rio, a Telerj; 23 da Telebrasília e 9 da Embratel.

As empresas basearam-se na lei que proíbe greve em serviços públicos, mas, para efetivar as demissões, deveriam cumprir duas etapas. A primeira, obter a declaração de estado de greve, o que não foi difícil conseguir do ministro Almir Pazzianotto —depois, "não é mesmo?", ele vai dar uma calma explicação, "não é mesmo?", das razões de seu ato, "não é mesmo?". O segundo passo seria, com base no primeiro, pedir à

Justiça do Trabalho a declaração da ilegalidade da greve, para enfim proceder às demissões.

Enquanto preparava sua lista de puníveis, a Telerj encaminhou o pedido ao Tribunal Regional do Trabalho. A lista ficou pronta e nada de resposta do TRT. Nem podia mesmo haver julgamento da greve: a Justiça do Trabalho está em greve branca. Não é, Deus nos livre, ou pelo menos livre os cofres públicos, que os juízes estejam querendo ganhar mais. É que a Justiça do Trabalho se considera mal instalada. Com todos os motivos para isto, mesmo. E desde que o BNH foi extinto para atender a certas razões palacianas, está disponível um prédio estupendo, com os confortos de que os arquitetos são capazes quando, por acaso, não estão imaginando truques para beneficiar os incorporadores-especuladores.

Natural que a Justiça do Trabalho reivindicasse o prédio ao governo federal. Com resultado facilmente previsível desde que percebida a inexistência de negócio na simples cessão do imóvel, da área de um ministério para outro. Já soterrada em processos, a Justiça do Trabalho adotou ritmo ainda mais condizente com suas instalações.

Eis a atualidade democrática. Uma estatal quer demitir os que prejudicariam o funcionamento de serviço público e o serviço público competente para legalizar as demissões não funciona. Aqueles não funcionam porque ganham pouco para enfrentar o custo de vida; os outros, porque não ganham as instalações reivindicadas. Nova e maior leva de demissões dos primeiros é esperada para hoje.

ARTUR RIBEIRO NETO
Editor de Política

O senador Fernando Henrique Cardoso, 56, defendeu ontem a ruptura formal do PMDB com o governo do presidente José Sarney. Cardoso entende que o partido tem até janeiro para tomar uma posição sobre o assunto. "Se o partido não tomar essa posição, só resta ao grupo de peemedebistas históricos seguir este caminho (da ruptura)", disse o senador. Para Cardoso, a ruptura do PMDB ou de seu "núcleo histórico" com o governo implica na saída do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira do Ministério da Fazenda. "Bresser é a última ligação do PMDB com o governo Sarney", diz. E acrescenta: "Ele quer sair e vai acabar saindo".

A saída de Bresser, segundo Cardoso, deve ocorrer também até janeiro, espécie de prazo limite para que o partido tome uma posição definitiva "sobre o essencial: sua relação com o governo Sarney". Cardoso lista três motivos principais para defender que o PMDB rompa com o governo. O primeiro é que o governo Sarney "está seguindo o caminho do antigo regime" e o PMDB não pode acompanhá-lo "nessa coisa de nomeações, de perseguições". E acrescenta: "Ninguém aguenta mais. É muita fisiologia".

As eleições municipais em 1988 é o segundo motivo. "Se o PMDB ainda estiver no governo, com que bandeira vai se apresentar ao eleitorado?", diz. "Vai sair para perder", acrescenta o líder do PMDB no Senado. Para Cardoso, o partido deve retomar o discurso oposicionista. "Temos que fazer denúncias contra a imoralidade pública, atacar a questão da dívida externa, defender a distribuição de renda. Temos que voltar a isto", diz.

O clássico argumento de que a saída do partido do governo poderia significar uma ameaça de ruptura da transição democrática foi abandonado por Cardoso. "Já está tudo rompido. O governo já rompeu com a Constituinte duas vezes. E no gover-

Moreira Mariz



Fernando Henrique Cardoso entra em seu carro após deixar a casa de Ulysses Guimarães, na Península dos Ministros

no só restam a Fazenda e a Previdência, dos ministérios de peso, nas mãos de peemedebistas", afirma, indicando o terceiro motivo para a sua defesa da saída do PMDB do governo. "O resto não está com o PMDB, está com Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães", diz. Cardoso diz que "é preciso acreditar" na possibilidade de "conquistar" o partido para uma posição independente de Sarney. Caso isto não seja possível, acredita que cerca de cem parlamentares acompanhariam o núcleo do "PMDB histórico" na decisão de romper com o governo. Outros cem, de acordo com seus cálculos, ficariam em torno do Cen-

trão, enquanto o restante "flutua" e não se pode prever que posição tomaria.

O senador citou os nomes do Wellington Moreira Franco (Rio), Miguel Arraes (Pernambuco), Waldir Pires (Bahia) e Pedro Simon (Rio Grande do Sul) como nomes que certamente integrariam o grupo dissidente. Negou, porém, que tivesse discutido o assunto com qualquer um deles. "Há correntes que defendem a realização de uma convenção em janeiro para definir a posição do partido frente ao governo", disse Cardoso, indicando o fórum onde pode desembocar a discussão. Cardoso considerou "normal" a

declaração de Ulysses de que quem sair do partido "desaparecerá". "Ele está no seu papel de presidente do PMDB", disse o senador. "Ulysses acredita que a crise do partido é uma turbulência passageira. Eu não. Acho que a situação é mais grave", diz Cardoso, que se reuniu ontem com o ex-ministro Dilson Funaro para avaliar a situação do partido.

Cardoso identifica um crescimento da tese dos cinco anos no Congresso constituinte, a partir do surgimento do Centrão. Segundo Cardoso, este quadro pode ter como resultado a adoção do parlamentarismo com cinco anos. "Mas eu vou votar pelos quatro", diz.

Ulysses inicia estratégia para impedir que peemedebistas criem novo partido

Da Sucursal de Brasília

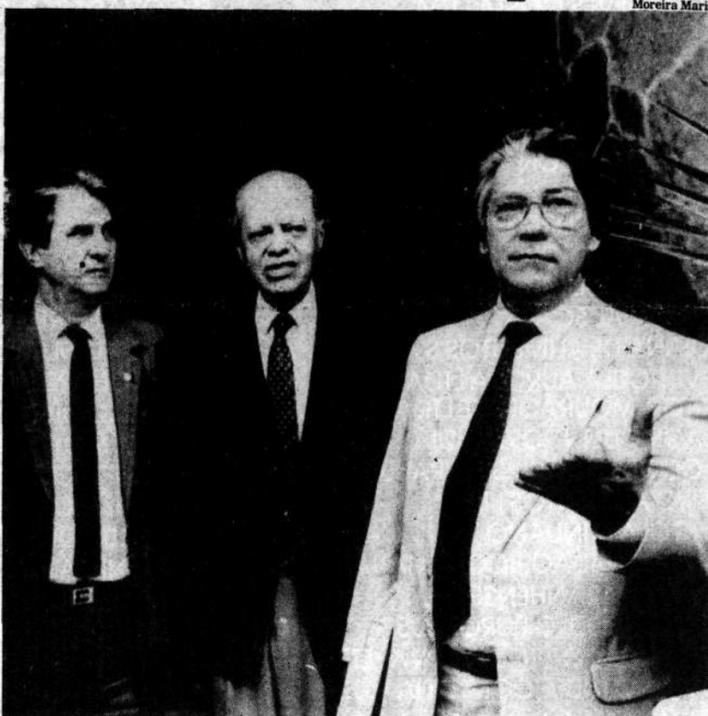
Um dia depois de ter dito que "quem deixar o PMDB corre o risco de desaparecer politicamente", o deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente do partido e do Congresso constituinte, iniciou uma estratégia para se reaproximar da chamada ala "progressista" peemedebista e impedir uma cisão no partido. Seu objetivo é arrefecer as articulações para formação de uma nova legenda, de centro-esquerda.

Antes de entrar na casa de Ulysses, ontem, para uma reunião com outras lideranças do PMDB para discutir a apresentação de emendas do partido ao projeto de Constituição, o senador Mário Covas (SP), líder no Congresso constituinte, disse que "os insatisfeitos estão no Centrão" (grupo suprapartidário). afirmou também que concorda com Ulysses: "Ele está certo. Quem quiser sair, que saia".

Sua frase resume a atual situação do PMDB, dividido em dois: os parlamentares considerados "conservadores", integrantes do Centrão, e a ala mais à esquerda. Covas negou que esteja envolvido em articulações para formação de um novo partido. Sua declaração, porém, conflita com informação dada pelo deputado Fernando Lyra (PE), um dos principais incentivadores da formação da nova legenda que atrairia os deputados e senadores de centro-esquerda do PMDB.

Reuniões

Segundo Lyra, Covas tem participado de várias reuniões com esse objetivo. Mais que isso: Lyra o incluiu na relação de prováveis signatários de uma "declaração de intenções", a ser lançada no próximo mês, com explicações sobre as razões do surgimento de uma nova legenda. Os outros signatários seriam o próprio Lyra, o senador Fernando Henrique



Ibsen Pinheiro (à esq.), Nelson Carneiro e Covas saem do encontro com Ulysses

Cardoso (SP), líder no Senado, e o deputado Pimenta da Veiga (MG).

Pimenta e Cardoso também estiveram na casa de Ulysses. "Eu já decidi pela formação de um novo partido", disse Pimenta, após o encontro. "Isso é uma temeridade, um ato tresloucado", discordou o deputado Egidio Ferreira Lima (PE), demonstrando que não há consenso entre os "progressistas" em relação à nova legenda.

Egidio se incluiu entre aqueles que não concordam com o Centrão mas acham que os "progressistas" podem

retomar o partido. "Ele (Ulysses) vai optar pelos históricos", disse o deputado, que confia no poder de articulação do presidente do PMDB. "Quem pensar que Ulysses está morto, está cego", completa.

Além de Covas, Cardoso, Egidio e Pimenta da Veiga, estiveram na casa de Ulysses os seguintes peemedebistas: deputados Bernardo Cabral (AM) —relator da Comissão de Sistematização—, Nelson Jobim (RS), Antônio Britto (RS) e Artur da Távola (RJ) e o senador Nelson Carneiro (RJ).

Richa defende retorno à oposição e tenta evitar a cisão partidária

JOÃO BATISTA NATALI

Da Reportagem Local

Os "cardeais" do PMDB marcam em princípio para a próxima segunda-feira um encontro em São Paulo, cuja pauta o senador José Richa (PR) resumiu ontem em um desabafo: "É uma pena que o partido venha se consumindo junto com esse governo". Ou seja, Richa concorda com a proposta de Fernando Henrique Cardoso de levar o PMDB de volta à oposição, mas não dá a mesma ênfase ao roteiro que tem na cisão um dos desdobramentos inevitáveis. "O que queremos é salvar o partido, porque, se ele implodir, haverá riscos de retrocesso". Mais adiante: "Em lugar de pensarmos em sair, precisamos é recolocar o PMDB em seu leito natural."

Entre as posições de Richa e Cardoso há como mínimo denominador a necessidade de se afastar o PMDB do Palácio do Planalto, ou, como prefere o ex-governador de São Paulo Franco Montoro —apontado pelos demais "cardeais" como o articulador dessa reação interna— trata-se de contrapor uma concepção programática de partido a sua degenerescência "fisiológica".

Montoro é quem menos leva em conta a possibilidade de cisão. Acredita que uma reafirmação de princípios basta para que, na bancada constituinte e nos PMDBs regionais, se estabeleça um divisor de águas, capaz ao mesmo tempo de dissociar o fisiologismo da imagem partidária e de retomar o peemedebismo como pólo de aglutinação de setores da sociedade que não estavam necessariamente preocupados, no passado, com o exercício do poder. Montoro disse sentir-se liberado para esse tipo de articulação, por não dispor de mandato eletivo nem posto na direção partidária.

Resta saber como conciliar essa operação com o convívio com o Centrão, onde Sarney possui sua maior base de aliados no partido, e que por isso mesmo não objetam de participar da troca de favores com o governo. A isto, Montoro tem resposta sumária: o Centrão é simplesmente um bloco de descontentes, sem conteúdo programático maior, contando com quadros liberais que não teriam dificuldades de responder ao apelo da "volta às origens".

Nesta quinta-feira os "cardeais" definirão uma logística para o encontro do próximo dia 21, em São Paulo. Entre os preparativos, há a lista de convidados, mais que um detalhe

protocolar. De fato, os excluídos serão objeto de uma espécie de descredenciamento. Não pertenceriam ao núcleo "histórico", e sobre eles pesaria a suspeita de fisiologismo que Montoro, Richa e Cardoso evocam cada um à sua maneira. A queima-roupa para Montoro: "O governador Orestes Quércia será convidado?". Sua resposta, depois de hesitação: "Certamente". Também à queima-roupa para Richa: "E o governador de Minas, Newton Cardoso?". Resposta muito mais prudente: "Não estamos fazendo uma convenção, em que estarão todos convidados. Até por uma questão de eficácia das discussões, o grupo inicial será reduzido".